MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DE CLIMA

COMITÊ DE GOVERNANÇA DE DADOS – CGDADOS

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 16 de setembro de 2026 **Horário:** 10h às 11h30

Local: Sala de Situação, térreo do Bloco B, Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF, com participação presencial e virtual.

1. ABERTURA

A reunião teve início às 10h, com a participação de representantes do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, IBAMA, ICMBio, Serviço Florestal Brasileiro, Jardim Botânico do Rio de Janeiro e demais unidades envolvidas.

Anna Flavia de Senna Franco, Secretária-Executiva, deu as boas-vindas aos participantes e destacou a importância da criação do Comitê de Governança de Dados para o fortalecimento da gestão da informação no Ministério.

2. PARTICIPANTES

Participaram presencialmente: Anna Flavia de Senna Franco (SECEX), Ariel Pares (DGE), Raphael Leitão (DIGOV/IBAMA), Carla Casara (DIGOV/IBAMA), Rosana de Souza Ribeiro (IBAMA), Evanei Gomes (IBAMA), Denise Pinheiro (SNPCT), Elias Cotrim (CGTI), Carolina Curado (SMC), Camila Oliveira (SQA), Bianca Medeiros (DGE), Elias Begnini (DGE), Humberto Schloegl (AECI), Vitor Couto (DGE), Fabiana Silva (DGE).

Participaram virtualmente: Marcelo Rodrigues Kinouchi (ICMBIO), Juliana Lopez (ICMBIO), Fernando Mafra (SFB), Thayssa Izetti (SBC), Laura Madeira (JBRJ), Eduardo Dalcin (JBRJ), Ítalo Monteiro (SFB), Marcelo Fontana da Silveira (MMA) e Giane Naves (SFB).

3. PAUTA

- Apresentação e discussão do Plano de Trabalho do CGDados;
- Alinhamento das ações de governança de dados entre o Ministério e suas entidades vinculadas;
- Discussão sobre política de governança de dados, inventário, catálogo, metadados e solução de centralização de dados;

- Análise da aderência do Plano de Trabalho às determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU);
- Discussão sobre o Regimento Interno do CGDados;
- Definição dos encaminhamentos para a 2ª reunião ordinária.

4. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

Inicialmente, Anna Flavia Franco e Humberto Schloegl abordaram a realização da Semana Dados BR, tendo sido acordado que o link para inscrição seria posteriormente compartilhado com os participantes.

Na sequência, Elias Begnini, Coordenador-Geral de Organização e Informações sobre Meio Ambiente, apresentou os trabalhos do Comitê, destacando a importância da Semana Dados BR, o cronograma previsto e o detalhamento inicial do Plano de Trabalho.

Durante a discussão do Plano de Trabalho, Anna Flavia de Senna Franco destacou que a capacitação deve perpassar todo o período de execução do Plano, não ficando restrita ao ano de 2028. Solicitou, ainda, a exclusão do Objetivo 1.1, por se referir à própria apresentação do Plano de Trabalho, bem como a substituição, no Objetivo 1.9, do termo “Resolução”, por “Portaria Conjunta”, de modo a adequar a natureza do instrumento.

Foi reforçada a necessidade de iniciar as ações de capacitação ainda em 2026 e de encaminhar previamente os materiais aos membros do Comitê para recebimento de contribuições. Como marcos de trabalho, foram indicados: (i) aprovação da Política de Governança de Dados até novembro de 2026; (ii) definição do padrão de metadados até abril de 2027; e (iii) elaboração do Inventário de Dados até julho de 2027.

Também foi ressaltada a necessidade de que o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) contemple de forma consistente as diretrizes do CGDados. Como exemplo, foi mencionada a temática da restauração da vegetação nativa, que envolve dados provenientes do Ibama, da SECD e de outras áreas, demandando alinhamento institucional e padronização dos dados, em referência ao item IX do art. 2º da Portaria nº 1.764, de 19 de agosto de 2026.

Marcelo Rodrigues, do ICMBio, informou que a instituição já dispõe de catálogo de dados e ressaltou a importância de alinhar as iniciativas do Comitê às estratégias e aos trabalhos em desenvolvimento nas entidades vinculadas.

Rosana, do Ibama, informou que o Comitê de Governança de Dados do Ibama já se encontra instituído e que a instituição possui inventário e catálogo de dados. Destacou a importância da definição de registros de referência ou taxonomias para a área ambiental, mencionando, como exemplos, os temas de degradação e

licenciamento, bem como a necessidade de padrões para alinhamento e publicação de dados ambientais. Informou, ainda, que o PAMGIA é considerado um braço do SINIMA e manifestou a expectativa de que o SINIMA possa constituir uma plataforma de integração dos dados ambientais. Também apontou a necessidade de incluir ações relacionadas a Dados Abertos no Plano de Trabalho e de diferenciar as ações de responsabilidade do MMA daquelas relacionadas às entidades vinculadas e às iniciativas externas ao Ministério.

Anna Flavia de Senna Franco esclareceu que caberá ao MMA exercer a coordenação e promover o alinhamento entre o Ministério e suas entidades vinculadas, recebendo as contribuições, realizando os ajustes necessários e convocando nova reunião para continuidade das discussões.

Carolina, Chefe de Gabinete da SBC, apresentou o exemplo do Indica Clima e ponderou que a participação nas discussões não deveria ficar restrita aos chefes de gabinete, considerando a conveniência de envolver especialistas das áreas de dados, a exemplo daqueles vinculados ao DGov. Ressaltou também a importância de assegurar a execução das ações prioritárias ainda em 2026, bem como a realização de reunião do Comitê até o final do ano, com possibilidade de participação de Analistas Ambientais.

Laura Estela, do JBRJ, informou que o Jardim Botânico do Rio de Janeiro ainda não dispõe de uma estrutura de governança de dados, embora detenha significativo volume de dados, inclusive no SiBBr. Ressaltou a importância de conhecer e mapear os dados existentes em cada instituição.

Marcelo, do ICMBio, destacou a importância da elaboração de um Regimento Interno para o Comitê, inclusive com vistas a disciplinar a participação e a atuação de grupos técnicos no âmbito do Plano de Trabalho. Anna Flavia de Senna Franco concordou e indicou o Regimento Interno como uma possível entrega do Comitê.

Fernando Mafra, do SFB, informou que o SFB se encontra em estágio mais avançado em matéria de governança de dados e manifestou interesse em realizar reunião com o DGE para alinhamento das ações em desenvolvimento no SFB. Informou, ainda, que a área de tecnologia da informação está envolvida nas iniciativas e que o SFB já realiza publicações na INDE. Ressaltou a existência de informações distribuídas em diferentes ambientes e a necessidade de definir, no âmbito do Comitê, mecanismos para sua organização e integração.

Elias Cotrim, da CGTI, destacou a necessidade de cruzar as metas da CGTI/CGDados com as determinações constantes da auditoria do TCU sobre a maturidade da governança de dados no MMA. Foram mencionados, especificamente, os itens 216.3.11 e 216.3.12, relativos a metas; o item 216.3.9, relativo a glossário; o item 216.3.15, relativo à solução centralizada; o item 216.3.18, relativo à gestão; e os itens 216.3.16 e 216.3.17, relativos à maturidade.

Elias Cotrim sugeriu que a aprovação do Plano de Trabalho constasse da pauta da reunião, e não como item do próprio Plano de Trabalho. Anna Flavia de Senna Franco informou que vinha analisando o Acórdão do TCU e ressaltou a importância de explicitar no Plano de Trabalho as demandas formuladas pelo Tribunal. Elias Cotrim mencionou, como possibilidade, o uso de ferramenta de inteligência artificial para apoiar o cruzamento das solicitações.

Elias Begnini esclareceu que o portal SINIMA, com apoio da UFMG, deverá ser priorizado como solução de centralização dos dados.

Na parte final da discussão, Anna Flavia de Senna Franco solicitou a definição dos encaminhamentos para a próxima reunião e a relação dos documentos a serem compartilhados.

Ariel Pares comprometeu-se a aprimorar o Plano de Trabalho, incorporando as contribuições apresentadas. Destacou que as entidades vinculadas apresentam, em determinados aspectos, maior maturidade em gestão de dados e que o Plano deve refletir o papel do MMA na coordenação e no alinhamento entre suas áreas, contando com as contribuições das vinculadas para subsidiar essa condução. Ressaltou, ainda, a importância de desenvolver modelos de indicadores-chave capazes de demonstrar o estado do meio ambiente. Nesse sentido, foi apontada a possibilidade de incluir no Plano de Trabalho, para entrega futura, um modelo de indicadores-chave, considerando o papel do SINIMA na apresentação de um conjunto de variáveis-chave sobre o estado do meio ambiente. Ariel Pares também se comprometeu a encaminhar a minuta da Política de Governança de Dados.

Anna Flavia de Senna Franco sugeriu que o quadro do Plano de Trabalho fosse apresentado em orientação horizontal e determinou que uma nova versão do quadro fosse disponibilizada aos participantes, contemplando os itens relacionados ao TCU. Ficou definido o encaminhamento do material às áreas no dia seguinte à reunião, com prazo de dez dias para o recebimento de contribuições.

Para a próxima reunião, ficou estabelecida como pauta a aprovação do Plano de Trabalho e a discussão da Política de Governança de Dados. Quanto ao Regimento Interno, foi solicitada a elaboração de minuta e seu encaminhamento no dia seguinte, com previsão de apreciação e aprovação na 2ª reunião ordinária, ainda em 2026.

Carla, do Ibama, sugeriu que o Plano de Trabalho previsse a possibilidade de convocação de outros profissionais da área de dados para contribuir com as discussões, em vez de se criar um novo Regimento Interno. Elias Cotrim manifestou-se pela manutenção do Regimento Interno, considerando que o instrumento deverá estabelecer regras importantes para o funcionamento do Comitê. Evanei, do Ibama, informou que o Ibama já possui uma minuta de Regimento Interno. Marcelo, do ICMBio, corroborou a importância da elaboração do instrumento.

5. ENCAMINHAMENTOS

Tema	Encaminhamento
Plano de Trabalho	Aprimorar a minuta, incorporando as contribuições apresentadas, incluindo os itens do TCU e ajustando os Objetivos 1.1 e 1.9.
Contribuições das áreas	Encaminhar a nova versão do quadro do Plano de Trabalho às áreas no dia seguinte à reunião, com prazo de 10 dias para envio de contribuições.
Política de Governança de Dados	Compartilhar a minuta e promover sua discussão, com previsão de aprovação até novembro de 2026.
Padrão de metadados	Estabelecer como marco a definição do padrão de metadados até abril de 2027.
Inventário de Dados	Estabelecer como marco a elaboração do Inventário de Dados até julho de 2027.
Capacitação	Iniciar as ações de capacitação ainda em 2026 e assegurar que a capacitação perpassará todo o período do Plano de Trabalho.
Regimento Interno	Elaborar e encaminhar minuta para discussão, com previsão de apreciação e aprovação na 2ª reunião ordinária de 2026.
Articulação com vinculadas	Promover o alinhamento das iniciativas de governança de dados do MMA com as entidades vinculadas, considerando seus diferentes níveis de maturidade.
Indicadores ambientais	Avaliar a inclusão, no Plano de Trabalho, de produto voltado à elaboração de modelo de indicadores-chave sobre o estado do meio ambiente.

6. PRÓXIMA REUNIÃO

Ficou prevista, para a 2ª reunião ordinária, a apreciação e aprovação do Plano de Trabalho, a discussão da Política de Governança de Dados e a apreciação do Regimento Interno.

7. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a Secretária-Executiva, Anna Flavia Franco, encerrou a reunião às 11h30. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos responsáveis e participantes, conforme os procedimentos institucionais.

Brasília/DF, 16 de setembro de 2026.